

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL – ETEC JULIO DE MESQUITA

Ensino Médio com Habilitação Profissional de Técnico em Nutrição e Dietética

AS BARREIRAS NA NUTRIÇÃO ADEQUADA EM SAICA: uma análise sobre os desafios na alimentação infantil de 0 a 6 meses

Erika Paulino dos Santos¹, Helen Sousa Santos de Sá²

SANTO ANDRÉ

2025

¹Erika Paulino, na Etec Júlio de Mesquita - erika.santos205@etec.sp.gov.br

² Helen Souza, na Etec Júlio de Mesquita - helen.sa01@etec.sp.gov.br

Erika Paulino dos Santos, Helen Sousa Santos de Sá

**AS BARREIRAS NA NUTRIÇÃO ADEQUADA EM SAICA: uma
análise sobre os desafios na alimentação infantil de 0 a 6 meses**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso Técnico em Nutrição e Dietética da ETEC
Júlio de Mesquita, orientado pelas professoras
Roseli Sanches Hauch e Tamires Ferraz
Campanerut, como requisito parcial para
obtenção do título de Técnico em Nutrição e
Dietética.

SANTO ANDRÉ

2025

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho aos pilares da minha vida: **à minha mãe, ao meu esposo e à minha filha**, que **acreditaram** no meu potencial e **me ensinaram** a lutar pelos meus sonhos.*

Dedico, sobretudo, ao primeiro e único Deus, fonte da minha força e coragem em cada etapa desta jornada.

Por fim, direciono meus agradecimentos à minha família e a todos que me apoiaram incondicionalmente, incentivando-me a crescer e a nunca desistir dos meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

*Agradeço, de coração, às Professoras **Viviane e Roseli**, que não apenas **me orientaram** neste TCC, mas também **me inspiraram** com seus exemplos de dedicação, ética e amor ao ensino. A **paciência**, a **compreensão** e o **incentivo** de ambas foram essenciais para que eu chegasse até aqui*

EPIÍGRAFE

“A persistência é o caminho do êxito”

—Charles Chaplin

RESUMO

A alimentação adequada nos primeiros meses de vida é crucial para o desenvolvimento infantil, sendo o aleitamento materno exclusivo a recomendação padrão-ouro para lactentes de 0 a 6 meses. Este estudo tem como objetivo analisar as principais barreiras que impedem ou dificultam a oferta de uma nutrição adequada e segura para crianças nesta faixa etária em situação de acolhimento institucional nos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA). Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, realizada por meio de um estudo transversal que empregou revisão bibliográfica e aplicação de questionários semiestruturados a profissionais atuantes em uma unidade de SAICA. Os resultados apontam para um conjunto multifatorial de obstáculos, categorizados em: estruturais e logísticos (falta de verba, equipamentos e espaço adequado); de conhecimento e técnicos (capacitação inadequada da equipe); psicossociais e legais (dificuldade de vínculo e burocracia para acesso a bancos de leite); e institucionais (alta rotatividade de cuidadores e falta de protocolos). Conclui-se que a superação dessas barreiras exige a elaboração de diretrizes e políticas institucionais específicas, visando assegurar o direito a uma alimentação segura, adequada e afetiva, mitigando os agravos à saúde e promovendo um desenvolvimento mais saudável para essa população em condição de extrema vulnerabilidade.

Palavras-chave: Aleitamento Materno. Lactente. Acolhimento Institucional. Fórmula Infantil. Política Nutricional

ABSTRACT:

Adequate nutrition in the first months of life is crucial for child development, with exclusive breastfeeding being the gold standard recommendation for infants aged 0 to 6 months. This study aims to analyze the main barriers that prevent or hinder the provision of adequate and safe nutrition for children in this age group living in institutional care settings, specifically in Institutional Shelter Services for Children and Adolescents (SAICA). This is an applied, qualitative research study, conducted through a cross-sectional design that employed a literature review and the application of semi-structured questionnaires to professionals working in a SAICA unit. The results point to a multifactorial set of obstacles, categorized as: structural and logistical (lack of funds, equipment, and adequate space); knowledge and technical (inadequate staff training); psychosocial and legal (difficulty in establishing bonds and bureaucracy in accessing human milk banks); and institutional (high caregiver turnover and lack of protocols). It is concluded that overcoming these barriers requires the development of specific institutional guidelines and policies, aiming to ensure the right to safe, adequate, and affective nutrition, mitigating health risks, and promoting healthier development for this population in a condition of extreme vulnerability.



Keywords: Breastfeeding. Infant. Institutional Care. Infant Formula. Nutrition Policy

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	07
2. OBJETIVOS.....	09
2.1 Objetivo geral.....	09
2.2 Objetivos específicos.....	09
3. METODOLOGIA.....	12
4. REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
4.1 Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.....	22
4.2 Barreiras Técnico-Operacionais a principal barreira técnica.....	23
4.3 Barreiras Financeira e Gestão.....	23
4.4 Barreira Afetivas e Emocionais e Psicológicos.....	24
4.5 Barreiras Legais e Normativa.....	24
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	25
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
7.REFERÊNCIAS.....	32

1. INTRODUÇÃO

A alimentação adequada nos primeiros meses de vida é um direito fundamental da criança e um fator essencial para o seu crescimento e desenvolvimento saudável (BRASIL, 2015). O período de 0 a 6 meses é considerado crítico para a formação de hábitos alimentares, sendo recomendado o aleitamento materno exclusivo até o sexto mês de vida (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2021). Nos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA), diversos desafios comprometem a oferta de uma nutrição adequada, tais como a ausência de vínculo materno, a rotatividade de cuidadores, a falta de profissionais especializados e limitações estruturais e financeiras (SILVA; PEREIRA, 2020). Nos SAICA, destinados a oferecer proteção integral a crianças afastadas de suas famílias por determinação judicial, deparam-se com a árdua tarefa de replicar os cuidados parentais, sendo a alimentação um dos mais críticos. Para lactentes de 0 a 6 meses, a barreira mais significativa é a impossibilidade de acesso ao leite materno de suas próprias mães biológicas, seja por questões de saúde, judiciais, essa realidade impõe a necessidade de utilização de fórmulas infantis. Este trabalho tem como objetivo analisar as principais barreiras que impedem a oferta de uma nutrição adequada a lactentes de 0 a 6 meses em situação de acolhimento. Busca-se

investigar os desafios que vão como preparo e armazenamento das fórmulas infantis, a alocação de recursos financeiros para sua aquisição e a disponibilidade de equipamentos (como esterilizadores e mamadeiras adequadas), até as questões mais profundas, como a carência de profissionais capacitados para o manejo alimentar de lactentes, a rotatividade de cuidadores que impede a criação de vínculos durante as mamadas – e a falta de protocolos específicos que orientem as práticas nutricionais nessas instituições. A relevância deste estudo reside em iluminar uma questão de saúde pública que atinge indivíduos em extrema vulnerabilidade. Compreender e mapear essas barreiras é o primeiro passo para a elaboração de diretrizes e políticas institucionais que possam assegurar que o direito a uma alimentação segura, adequada e afetiva seja respeitado, mitigando os agravos à saúde e promovendo um desenvolvimento mais saudável para essas crianças, mesmo em um contexto



adverso.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Analisar as principais barreiras que impedem ou dificultam a oferta de uma nutrição adequada e segura para crianças de 0 a 6 meses de idade em situação de acolhimento institucional, propondo diretrizes para a superação desses desafios.

2.2. - Objetivos Específicos; (você pode usar esses objetivos específicos nos slides, só procure sintetizar para não ficar muito extenso, slides precisa ser algo "resumido").

2.2.1- Identificar e descrever o perfil dos SAICAS investigados quanto à sua estrutura física, disponibilidade de recursos humanos (equipe técnica, cuidadores) e recursos materiais (insumos, equipamentos) destinados ao cuidado nutricional de lactentes.

2.2.2.- Mapear e caracterizar as práticas alimentares efetivamente adotadas para os bebês de 0 a 6 meses no ambiente do SAICA, incluindo o manejo do aleitamento materno (quando possível), o preparo e a administração de fórmulas infantis e a manutenção da higiene.

2.2.3.- Diagnosticar os obstáculos específicos que interferem na alimentação ideal, categorizando-os em: Obstáculos Estruturais e Logísticos: (ex.: falta de berçário, inexistência de local para armazenamento e preparo seguro de alimentos, falta de verba para compra de fórmulas e insumos). Obstáculos de Conhecimento e Técnicos: (ex.: capacitação inadequada da equipe sobre as normas do OMS para alimentação infantil, técnicas de preparo de mamadeiras, manejo da amamentação em situações de vulnerabilidade). Obstáculos Psicossociais e Legais: (ex.: dificuldade de estabelecer vínculo com o cuidador durante as mamadas, burocracia para acesso ao leite humano em bancos de leite, rompimento do vínculo com a mãe biológica e suas implicações na amamentação). Obstáculos Institucionais: (ex.: falta de protocolos internos claros, alta rotatividade de cuidadores, sobrecarga de trabalho).

2.2.4. - Avaliar a conformidade das práticas observadas no abrigo com as diretrizes nacionais e internacionais, como as do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Marco Legal da Primeira Infância, as normas do Ministério da Saúde e as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) para alimentação de lactentes.

2.2.5. Elaborar um conjunto de diretrizes e recomendações técnicas e operacionais, destinadas a gestores de abrigos e órgãos fiscalizadores, visando a superação das



barreiras identificadas e a promoção de uma alimentação segura, adequada e afetiva para os bebês em acolhimento.

JUSTIFICATIVA

A pesquisa destaca a importância da nutrição adequada nos seis primeiros meses de vida para o desenvolvimento saudável dos lactentes, especialmente aqueles acolhidos em Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA). O estudo busca preencher lacunas na literatura, gerando conhecimento aplicável para a prática clínica, formulação de políticas, capacitação de cuidadores e definição de programas de nutrição. Também visa investigar alternativas seguras para lactentes sem acesso ao aleitamento materno, analisando as condições de vida e cuidados oferecidos nos SAICA. Além de contribuir para a qualidade de vida dessas crianças, o trabalho apoia a formação do Técnico em Nutrição e Dietética, ampliando a compreensão sobre o desenvolvimento infantil em contextos de vulnerabilidade.

3. METODOLOGIA

Na presente metodologia, informaremos quais os métodos foram utilizados para realizar a nossa pesquisa, qual o instrumento usado para a coleta de dados, o cenário e os indivíduos participantes da investigação. A pesquisa será um estudo transversal, onde as medições são feitas em um único momento, não havendo seguimento dos indivíduos por um determinado período. Quanto aos procedimentos ou técnicas a pesquisa será feita através de uma entrevista, que é um diálogo entre um entrevistador e entrevistado. As entrevistas serão individuais, onde será utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário com questões fechadas (estruturadas) para identificar o tipo de alimentação prevalente nos SAICAS. Este questionário será disponibilizado através Whatsapp e pessoalmente. Posteriormente os resultados serão tabulados e analisados. A revisão bibliográfica será feita para um levantamento sobre como o tema está atualmente, quais os problemas que ainda precisam ser solucionados e como os autores contribuíram para o seu desenvolvimento. Este trabalho foi realizado no dia 30 de Setembro de 2025 na Rua Indonésia 463, Parque Capuava Santo André Aplicação de questionários

A segunda etapa consistiu na elaboração e aplicação de um questionário estruturado, com perguntas abertas e fechadas, voltado a profissionais atuantes em SAICAS (como técnicos em nutrição, cuidadores, assistentes sociais e/ou enfermeiros), ou responsáveis diretos pelo cuidado com lactentes de 0 a 6 meses. O objetivo do questionário foi coletar dados sobre as principais barreiras enfrentadas na alimentação infantil, incluindo questões relacionadas à prática do aleitamento materno, disponibilidade de alimentos adequados, capacitação das equipes, rotinas institucionais e outros fatores que impactam diretamente a nutrição dos lactentes.

Redação da Metodologia e Contextualização da pesquisa

Onde esse problema acontece?

Os Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA) são unidades que prestam atendimento, em regime de acolhimento residencial, a indivíduos de 0 a 18 anos afastados do convívio familiar por meio de

medida protetiva, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/90). Nesse contexto, as crianças na primeira infância, especialmente as lactentes (0 a 6 meses), constituem um grupo de extrema vulnerabilidade, cujas necessidades nutricionais são fundamentais para o desenvolvimento biopsicossocial adequado.

A alimentação infantil nessa faixa etária tem no aleitamento materno seu padrão ouro. A Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde brasileiro recomendam o leite materno como alimento exclusivo até os seis meses de vida, por seus benefícios imunológicos, nutricionais e emocionais. No entanto, a realidade das crianças acolhidas em SAICAS impõe uma ruptura drástica nesse ideal. Separadas de suas mães biológicas, essas lactentes enfrentam barreiras complexas para alcançar uma nutrição adequada, tornando-se imperiosa uma análise dos desafios específicos que permeiam essa questão.

Análise das Barreiras à Nutrição Adequada

A nutrição adequada dos lactentes em SAICAS é comprometida por uma conjunção de obstáculos inter-relacionados, que podem ser categorizados da seguinte forma:

Barreira Afetivo-Emocional e a Interrupção do Aleitamento Materno a separação da mãe biológica é a barreira primordial. Conforme destacam Moura e colaboradores (2017), o vínculo mãe-bebê, fortalecido pela amamentação, é abruptamente interrompido. Mesmo quando há a possibilidade de a mãe visitar o serviço para amamentar, fatores como distância, situação jurídica e condições psicológicas da genitora frequentemente inviabilizam essa prática. A perda desse vínculo pode impactar não só a questão imunológica, mas também o desenvolvimento emocional da criança.

Barreiras Técnico-Operacionais a substituição do leite materno por fórmulas infantis exige rigor técnico muitas vezes difícil de ser mantido em uma instituição. De acordo com o Manual de Orientação sobre a Alimentação de Lactentes em Acolhimento Institucional do CNJ (2018), desafios incluem:

Preparo Adequado: A diluição correta da fórmula, a esterilização de mamadeiras e bicos requerem treinamento específico e constante da equipe de cuidadores, que pode estar sobrecarregada ou com alta rotatividade.

Custos Financeiros: Fórmulas infantis de qualidade representam um custo significativo para a instituição, nem sempre coberto adequadamente pelo poder público concedente.

Individualização: Cada lactente possui necessidades específicas. A falta de um acompanhamento nutricional individualizado e contínuo pode levar a problemas como superalimentação, subalimentação ou intolerâncias não identificadas.

Barreira Estrutural e de Gestão a infraestrutura do SAICA nem sempre está adaptada para o cuidado com lactentes. A ausência de um espaço específico e adequado para o preparo e armazenamento de alimentos infantis, a falta de equipamentos como esterilizadores e a insuficiência de recursos humanos qualificados são entraves comuns, como apontam estudos sobre a qualidade dos serviços de acolhimento (Costa, 2019).

Barreira Legal e de Articulação Intersetorial apesar da legislação prever a manutenção do vínculo sempre que possível, a articulação entre o Sistema de Justiça, a Assistência Social e a Saúde para facilitar o aleitamento materno, mesmo no acolhimento. A dificuldade em garantir o transporte da mãe ou da lactente para sessões de amamentação supervisionada é um exemplo dessa falha na integração das políticas públicas.

O estudo de Lima (2017), intitulado “A criança em abrigos: A proteção e o cuidado de bebês em acolhimento institucional” contribui para a compreensão das barreiras que interferem no cuidado integral de bebês em instituição embora a pesquisa aborde principalmente aspectos de proteção e vínculo, suas análises revelam desafios estruturais e sociais que também impactam a alimentação adequada nessa faixa etária condições institucionais, a falta de continuidade no cuidado e a ausência de vínculos estáveis entre cuidadores e bebês podem dificultar práticas

alimentares saudáveis ,como a amamentação ,refletindo diretamente nas barreiras enfrentadas por bebês de 0 a 6 meses em contextos de vulnerabilidade.

Por que é importante estudá-lo?

A análise das barreiras que impedem uma nutrição adequada para lactentes (0 a 6 meses) em Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICAS) é um tema de extrema relevância para a saúde pública, a nutrição e a garantia de direitos. Este período, conhecido como os "primeiros 1000 dias" (da concepção aos dois anos de idade), é crucial para o desenvolvimento neuropsicomotor e o estabelecimento da saúde a longo prazo (VICTORA et al., 2010). Para crianças em situação de acolhimento, já vulneráveis pelo afastamento familiar, os desafios nutricionais representam um agravamento adicional que pode levar a sequelas irreversíveis. A principal importância deste estudo reside nos seguintes aspectos:

Garantia do Direito à Alimentação e à Saúde: O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/90) estabelece a alimentação como um direito fundamental. O acolhimento institucional, como medida de proteção, deve assegurar esse direito com absoluta prioridade (BRASIL, 1990). Estudar as barreiras é fundamental para que o Estado cumpra seu dever legal.

Vulnerabilidade Específica do Lactente: Bebês nesta faixa etária possuem necessidades nutricionais muito específicas e são totalmente dependentes do cuidado adulto. O aleitamento materno é inquestionavelmente a forma de alimentação ideal, fornecendo proteção imunológica e vínculo (OPAS/OMS, 2003).

No contexto de acolhimento, onde a mãe biológica frequentemente está ausente, surgem barreiras complexas para o acesso ao leite materno ou a sua substituição adequada por fórmulas infantis, conforme preconizado pela Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes (NBCAL) (BRASIL, 2006).

Identificação de Obstáculos Práticos: A pesquisa permite mapear os desafios reais enfrentados pelas instituições, que podem ser de ordem:

Estrutural: Falta de recursos financeiros para aquisição de fórmulas infantis, equipamentos inadequados para preparo e higienização (mamadeiras, esterilizadores).

Operacional: Escassez de pessoal qualificado e em número suficiente para oferecer o cuidado individualizado, como a técnica "colérico" (alimentar no colo), essencial para o desenvolvimento emocional.

Logística: Dificuldades de acesso a Bancos de Leite Humano (BLH) e na implementação de protocolos que garantam a segurança alimentar e nutricional.

Subsídio para Políticas Públicas Efetivas: Evidências científicas sobre essas barreiras são indispensáveis para a criação e o aprimoramento de políticas públicas, protocolos de atendimento e programas de capacitação para cuidadores, visando a qualificação do acolhimento (IPREDE, 2019). Sem um diagnóstico preciso, as intervenções tornam-se insuficientes.

Portanto, investigar os desafios na alimentação infantil em SAICAS não é apenas uma questão técnica de nutrição, mas um imperativo ético. Significa proteger o desenvolvimento integral de crianças em situação de máxima vulnerabilidade, assegurando que tenham um início de vida com dignidade e menores prejuízos possíveis, investindo no seu futuro e no cumprimento dos seus direitos fundamentais.

O que já se sabe sobre o assunto?

Falta de Infraestrutura Adequada: Muitas instituições não possuem alojamentos seguros, privativos e adequados para receber a mãe e o bebê. A ausência de berçários com equipamentos e higiene necessários é um problema comum.

Falta de Recursos Humanos Especializados: A equipe do SAICA, embora dedicada, muitas vezes não tem treinamento específico em manejo do aleitamento materno, técnicas de ordenha, conservação do leite humano ou no preparo de fórmulas infantis (quando absolutamente necessário). A figura da consultora em amamentação é rara nesses contextos.

Sobrecarga da Equipe: Cuidar de um recém-nascido é demandante. Em uma instituição que já cuida de outras crianças e adolescentes, a atenção individualizada que um bebê de 0 a 6 meses exige pode sobrecarregar os cuidadores, levando a práticas não ideais.

Barreiras Relacionadas à Mãe e ao Vínculo:

Situação Vulnerável da Mãe: As mães em acolhimento frequentemente estão em situação de extrema vulnerabilidade: vítimas de violência, com problemas de saúde mental (como depressão pós-parto), uso abusivo de substâncias ou sem suporte familiar. Essas condições podem dificultar ou impossibilitar a amamentação.

Falta de Vontade ou Condição de Permanecer no Serviço: Nem todas as mães aceitam ou podem ficar no SAICA. Elas podem ter outros filhos, trabalho informal ou, simplesmente, não querer o vínculo com a instituição. Nesses casos, o bebê é acolhido sozinho, rompendo-se o vínculo primordial e a fonte natural de alimentação.

Desconhecimento e Desestímulo: A própria mãe, devido à sua história de vida, pode não ter recebido orientação sobre a importância do aleitamento materno ou pode ser desencorajada por mitos e crenças.

Barreiras Logísticas e Financeiras:

Custo e Acesso a Fórmulas Infantis: Quando o aleitamento materno não é possível, a única alternativa segura é o uso de fórmulas infantis específicas para a idade. Estas têm um custo elevado e nem sempre são fornecidas de forma contínua e em quantidade suficiente pelo poder público.

Dificuldade em Obter Leite Humano: O acesso a Bancos de Leite Humano (BLH) é a segunda melhor opção. No entanto, a logística para buscar o leite, a disponibilidade constante nos BLH e a necessidade de armazenamento e manipulação corretos (com freezers e geladeiras dedicados) são obstáculos significativos.

Preparo Inadequado das Fórmulas: Mesmo quando a fórmula está disponível, há riscos: diluição incorreta (para "render" mais), uso de água não potável, higiene inadequada de mamadeiras e bicos, que podem levar à desnutrição, obesidade ou infecções gastrointestinais.

Barreiras Burocráticas e de Articulação em Rede:

Fragilidade na Articulação com a Rede de Saúde: A integração entre o SAICA e a rede

de saúde (UBS, hospitais, BLH) é muitas vezes frágil. A falta de um prontuário único e a dificuldade de agilizar consultas pediátricas e de puericultura atrasam o diagnóstico e o manejo de problemas nutricionais.

Judicialização e Morosidade: As decisões sobre a vida da criança e da mãe passam pela Vara da Infância e Juventude. A morosidade dos processos pode impedir intervenções ágeis e necessárias para garantir a nutrição adequada.

Consequências Diretas dessas Barreiras

Romper o Vínculo Mãe-Bebê: Impacto emocional e psicológico profundo para ambos.

Interrupção Precoce do Aleitamento Materno: Perda dos benefícios imunológicos, nutricionais e afetivos do leite materno.

Risco de Desnutrição ou Obesidade: Por conta do preparo inadequado de fórmulas.

Maior Suscetibilidade a Infecções: Principalmente gastrointestinais e respiratórias.

Descumprimento da Legislação: O SAICA, sem querer, acaba violando os direitos fundamentais do bebê previstos no ECA.

Qual a realidade atual em que o tema está inserido?

A nutrição de 0 a 6 meses é fundamental para o desenvolvimento neurológico, imunológico e emocional da criança. Em um SAICA, onde bebês estão sob a guarda do Estado, frequentemente em situação de vulnerabilidade extrema, garantir essa nutrição é um dever ético e legal. A realidade, no entanto, esbarra em obstáculos que vão muito além da simples disponibilidade de fórmula infantil.

Barreira Financeira e de Gestão: O Custo da Alimentação Artificial

Alto Custo das Fórmulas Infantis: As fórmulas específicas para 0 a 6 meses têm um custo elevado

Dependência de Repasses Públicos: Os SAICAS dependem de verbas municipais e estaduais, que são frequentemente insuficientes, irregulares ou atrasadas. Isso pode levar à compra de marcas menos adequadas ou à interrupção do estoque.

Custos Adicionais: É necessário adquirir bicos, mamadeiras, esterilizadores e

produtos de higienização em grande quantidade, onerando ainda mais o orçamento.

Barreira Técnica e de Capacitação

Preparo Inadequado da Fórmula: O preparo exige rigor: água potável, temperatura correta, diluição exata (nem muito concentrada, para não sobrecarregar os rins, nem muito diluída, para não causar desnutrição). Funcionários sobrecarregados ou sem treinamento específico podem cometer erros.

Risco de Contaminação: A falta de higiene rigorosa no preparo e no armazenamento das mamadeiras pode levar a infecções gastrointestinais, perigosíssimas para lactentes.

Falta de Protocolos Específicos: Muitos SAICAS não possuem um manual de boas práticas para a alimentação de lactentes, deixando critérios importantes a cargo do conhecimento individual de cada cuidador.

Barreira Humana e Psicossocial: A Questão do Vínculo

A "Mamadeira Mecânica": Em instituições com poucos cuidadores para muitos bebês, a alimentação pode se tornar uma tarefa funcional, sem a troca de olhar, o colo e a fala que são essenciais para o desenvolvimento socioafetivo.

Rotatividade de Cuidadores: A alta rotatividade de funcionários impede a formação de um vínculo estável entre o cuidador e o bebê, que é crucial durante a amamentação/alimentação.

Saúde Mental do Bebê: A ausência da figura materna e a alimentação sem vínculo adequado podem contribuir para distúrbios emocionais e de apego.

Barreira Legal e Jurisdicional

Falta de Fiscalização Específica: Embora existam diretrizes gerais do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e das resoluções do CONANDA, a fiscalização específica sobre a qualidade da alimentação de lactentes em SAICAS pode ser falha.

Lentidão do Sistema: A morosidade para a definição de uma guarda definitiva (adoção, reintegração familiar) prolonga a estadia do bebê no serviço de acolhimento, perpetuando todas as barreiras

4.REFERENCIAL TEÓRICO

A alimentação no período que compreende os primeiros seis meses de vida é reconhecida mundialmente como um fator determinante para o crescimento, o desenvolvimento neuro cognitivo e a saúde integral do indivíduo, com reflexos que perduram até a vida adulta (VICTORA et al., 2016). Nessa fase, o aparelho digestório e o sistema imunológico da criança são imaturos, demandando um alimento específico e completo.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde do Brasil, o aleitamento materno exclusivo (AME) é a estratégia nutricional padrão-ouro para essa faixa etária (BRASIL, 2019; OMS, 2003).

O leite materno é um alimento vivo, dinâmico e singular, que fornece não apenas todos os nutrientes essenciais na proporção ideal, mas também uma vasta gama de componentes bioativos, como anticorpos, enzimas, hormônios e probióticos, que conferem proteção imunológica contra infecções, reduzem o risco de alergias e previnem doenças crônicas não transmissíveis, como obesidade e diabetes (VICTORA et al., 2016).

A Estratégia Nacional para a Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável (ENPAM) no Sistema Único de Saúde (SUS) reforça que a promoção, proteção e apoio ao AME constituem uma das intervenções de saúde pública mais eficazes e com melhor custo-benefício para a redução da morbimortalidade infantil (BRASIL, 2021). A amamentação também fortalece o vínculo afetivo entre mãe e bebê, proporcionando segurança emocional e estímulos sensoriais fundamentais para o desenvolvimento psicossocial.

4.1 Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

São unidades integrantes da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Sua função é acolher, de forma temporária e excepcional, crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva judicial, em decorrência de situações de risco, como

violência, abuso, negligência, abandono ou falência dos vínculos familiares (BRASIL, 2009).

Conforme disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a institucionalização deve ser uma medida de última ratio, priorizando-se sempre o reinserimento familiar ou, quando esgotadas todas as possibilidades, a colocação em família substituta (BRASIL, 1990). O acolhimento institucional, portanto, tem caráter transitório e provisório

A Resolução nº 109 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que tipifica os serviços socioassistenciais, estabelece que o SAICA deve funcionar em unidades de pequeno porte, organizadas em ambiente familiar e comunitário, assegurando atendimento personalizado e condições para o desenvolvimento integral dos acolhidos, incluindo alimentação, saúde, educação, cultura e lazer (BRASIL, 2009). Nesse contexto, a oferta de uma alimentação adequada e saudável vai além da simples provisão de calorias; configura-se como um direito fundamental e um ato de cuidado que impacta diretamente a saúde física e emocional da criança.

As Barreiras para a Nutrição Adequada de Lactentes em SAICAS, para as crianças acolhidas em SAICAS com idade entre zero e seis meses, a garantia do direito à alimentação adequada enfrenta uma série de obstáculos complexos e inter-relacionados, que podem ser categorizados da seguinte forma:

4.2 Barreiras Técnico-Operacionais a principal barreira técnica

É a impossibilidade do aleitamento materno exclusivo. O afastamento da família de origem torna inviável a amamentação direta, demandando a utilização de substitutos do leite materno, as chamadas fórmulas infantis. O preparo dessas fórmulas exige rigor técnico absoluto em relação à diluição, temperatura da água e higiene dos utensílios para evitar a contaminação por microorganismos e garantir que o valor nutricional seja preservado (BRASIL, 2019).

Além disso, o cuidado com lactentes demanda conhecimentos especializados

da equipe de cuidadores, que devem estar aptos a reconhecer os sinais de fome e saciedade do bebê, manejar situações comuns como regurgitações e cólicas, e propiciar um ambiente calmo e acolhedor durante as mamadas. A falta de capacitação contínua e específica pode resultar em práticas inadequadas, como a superalimentação ou a subalimentação. A estrutura física também se configura como uma barreira quando não dispõe de espaços adequados para o preparo e armazenamento seguro dos alimentos.

4.3 Barreiras Financeiras e de Gestão

O custo elevado das fórmulas infantis específicas para lactentes (fórmulas - Fase 1) representa um ônus significativo para o orçamento do serviço. SAICAS dependem majoritariamente de repasses públicos e de convênios, que são frequentemente insuficientes e sujeitos a instabilidades, comprometendo a aquisição regular de insumos de qualidade (SILVA; OLIVEIRA, 2020).

A gestão de pessoas também é um desafio. A alta rotatividade de cuidadores e a relação cuidador/criança muitas vezes inadequada impossibilitam a atenção individualizada e a construção de vínculos estáveis, que são cruciais para um lactente. A sobrecarga de trabalho da equipe pode levar a uma execução mecânica e apressada do cuidado alimentar.

4.4 Barreiras Afetivo-Emocionais e Psicológicas

A alimentação do lactente é, por natureza, um ato relacional. A teoria do apego, desenvolvida por John Bowlby (2002), postula que a criança desenvolve um vínculo com uma figura de cuidado estável, que é fundamental para sua segurança emocional e para a formação de um modelo interno de funcionamento. A amamentação é um momento privilegiado para a construção desse vínculo.

No contexto de acolhimento institucional, a alimentação por mamadeira, se realizada de forma impessoal e sem a presença de um cuidador referencial, pode se tornar um ato frio e funcional. A privação desse contato afetivo durante a alimentação pode acarretar prejuízos ao desenvolvimento psicossocial da criança e aumentar o risco de

transtornos alimentares e de vinculação (SANTOS, 2019).

4.5 Barreiras Legais e Normativas

Embora existam diretrizes nacionais, como as preconizadas pelo Ministério da Saúde e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para o cuidado de crianças institucionalizadas, a implementação e a fiscalização dessas normas são heterogêneas em todo o território nacional. Muitos serviços operam sem o apoio técnico sistemático de profissionais especializados, como nutricionistas para a prescrição dietética individualizada e pediatras para o acompanhamento do desenvolvimento, o que fragiliza a qualidade do cuidado nutricional oferecido.

5.RESULTADOS E DISCUSSÕES

O questionário foi feito com objetivo coletar informações sobre as práticas nutricionais, dificuldade e necessidades de conhecimento relacionados à alimentação de lactentes de 0 a 6 meses acolhidos no Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA)

Perfil do SAICA e Contexto da Pesquisa

O Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA) investigado nesta pesquisa demonstra particularidades significativas na atenção nutricional a lactentes de 0 a 6 meses. A análise baseia-se nas respostas de profissionais diretamente envolvidos nos cuidados, revelando um cenário complexo que merece discussão aprofundada.

1.Análise das Práticas de Aleitamento Materno e Uso de Fórmulas Infantis **Aleitamento Materno Exclusivo: Uma Realidade Ausente**

As respostas "nunca" e "raramente" quanto à prática de aleitamento materno exclusivo entre 0-6 meses revelam uma situação crítica. A ausência virtual de aleitamento materno exclusivo no SAICA reflete a realidade de instituições de acolhimento, onde o vínculo mãe-bebê está rompido. Esta situação alinha-se com a literatura sobre desmame precoce em contextos institucionais. Segundo o ECA (Estatuto da Criança e Adolescente) e as diretrizes do Ministério da Saúde, instituições de acolhimento deveriam implementar estratégias especiais para promover o aleitamento, mas evidentemente enfrentam barreiras estruturais intransponíveis.

A diferença entre "nunca" e "raramente" pode indicar situações pontuais onde mães em processo de reinserção familiar conseguem manter algum vínculo de amamentação, representando exceções em um cenário geral de impossibilidade.

2. Uso de Fórmulas Infantis: Padronização e Preparo

Fórmula infantil de partida é a mais utilizada

Cuidadores são os principais responsáveis pelo preparo

Sempre seguem as orientações do fabricante

Esterilização com água fervente é o método de higiene

A preferência pela fórmula de partida (tipo 1) está tecnicamente correta e segue recomendações da Sociedade Brasileira de Pediatria para lactentes de 0-6 meses.

A participação dos cuidadores no preparo, embora funcional, levanta questões sobre capacitação continuada e supervisão técnica.

A adesão rigorosa às orientações do fabricante e a prática de esterilização demonstram preocupação com segurança alimentar, aspectos positivos em um serviço que lida com população vulnerável. No entanto, a esterilização por água fervente, embora eficaz, consome tempo e recursos, representando um desafio operacional.

3. Práticas Alimentares Inadequadas e Seus Riscos /Introdução Precoce de Outros Alimentos

Chás a partir de 6 meses

Sucos a partir de 6 meses

Água a partir de 4-5 meses

Frequência: "com frequência" e "ocasionalmente".

Estes resultados revelam práticas preocupantes que contradizem as recomendações da OMS e do Ministério da Saúde. A introdução de água antes dos 6 meses é desnecessária e pode interferir na aceitação da fórmula, além de aumentar riscos de contaminação. Chás e sucos antes dos 6 meses são completamente contraindicados, podendo:

Causar interferência na absorção de nutrientes

Aumentar risco de alergias

Expor a contaminantes

Comprometer o estado nutricional

A justificativa cultural tradicional para oferta de chás ("para cólicas") precisa ser combatida com educação nutricional continuada.

4. Desafios Estruturais e Operacionais/Barreiras à Assistência Nutricional Adequada

Dificuldade em obter fórmulas infantis adequadas

Falta de recursos financeiros

Raramente ou nunca têm dúvidas sobre alimentação

Paciência com lactentes com refluxo como principal estratégia

As dificuldades financeiras e de acesso a fórmulas adequadas representam violação do direito fundamental à alimentação saudável. Esta situação reflete a precariedade do financiamento de serviços de acolhimento, comprometendo a qualidade da assistência.

A ausência de dúvidas sobre alimentação ("raramente" e "nunca") é preocupante, sugerindo possível acomodação ou falta de capacitação crítica. Em uma área complexa como nutrição infantil, a constante atualização e questionamento são essenciais para qualidade dos cuidados.

A abordagem para lactentes com refluxo baseada apenas em "paciência" indica carência de protocolos clínicos específicos e acompanhamento especializado, podendo levar a desfechos negativos em saúde.

5. Análise Integrada e Recomendações e Síntese dos Principais Achados

A análise revela um serviço que, apesar de seguir alguns protocolos básicos adequados (uso de fórmula correta, esterilização), enfrenta desafios críticos:

Impossibilidade prática de aleitamento materno exclusivo

Práticas alimentares culturalmente enraizadas, mas tecnicamente inadequadas

Restrições orçamentárias que comprometem a qualidade

Necessidade de capacitação continuada da equipe

Interface com a Literatura

Estes achados corroboram estudos sobre instituições de acolhimento (Siqueira & Farina, 2021; Oliveira et al., 2022) que apontam dificuldades similares em todo o país. A introdução precoce de alimentos complementares também é documentada na população geral brasileira, indicando que práticas culturais persistem mesmo em serviços de saúde.

Implicações para a Prática

Recomendações Imediatas:

Desenvolvimento de protocolos específicos para alimentação de lactentes no SAICA

Capacitação continuada sobre alimentação complementar adequada

Busca de parcerias para garantir suprimento adequado de fórmulas

Implementação de sistema de monitoramento nutricional

Recomendações Estruturais:

Revisão dos repasses financeiros para alimentação infantil

Integração com serviços de saúde para apoio técnico

Desenvolvimento de projetos de incentivo ao aleitamento materno quando possível

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de Lima (2017), intitulado “A criança em abrigos: A proteção e o cuidado de bebês em acolhimento institucional” contribuem para a compreensão das barreiras que interferem no cuidado integral de bebês em instituição embora a pesquisa aborde principalmente aspectos de proteção e vínculo, suas análises revelam desafios estruturais e sociais que também impactam a alimentação adequada nessa faixa etária condições institucionais, a falta de continuidade no cuidado e a ausência de vínculos estáveis entre cuidadores e bebês podem dificultar práticas alimentares saudáveis ,como a amamentação ,refletindo diretamente nas barreiras enfrentadas por bebês de 0 a 6 meses em contextos de vulnerabilidade.

Os resultados demonstram que o SAICA investigado desenvolve esforços dentro de suas possibilidades, mas enfrenta barreiras significativas para oferecer alimentação totalmente adequada a lactentes de 0-6 meses. A tensão entre recomendações técnicas e realidade operacional evidencia a necessidade de políticas públicas específicas para instituições de acolhimento, considerando suas particularidades.

As práticas inadequadas identificadas, embora preocupantes, representam oportunidades claras para intervenções educativas e estruturais que podem significativamente melhorar a qualidade da atenção nutricional nesta população vulnerável.

O presente estudo permitiu compreender que as barreiras para uma nutrição adequada de lactentes de 0 a 6 meses em Serviços de Acolhimento Institucional são complexas, multifacetadas e inter-relacionadas, indo muito além da simples disponibilidade de alimento. A análise evidenciou que o desafio central reside no abismo entre a recomendação técnica inquestionável – o aleitamento materno exclusivo – e a realidade prática do acolhimento institucional, que, por sua própria natureza, separa a criança de sua fonte primária de nutrição e afeto.

Conclui-se que o principal obstáculo não é apenas de ordem logística ou

financeira, mas, sobretudo, de ordem biopsicossocial. A impossibilidade do aleitamento materno direto priva o lactente acolhido de um direito fundamental, impactando negativamente seu desenvolvimento imunológico, nutricional e emocional. As alternativas existentes, como a utilização de fórmulas infantis ou o acesso a bancos de leite humano, esbarram em barreiras significativas, que incluem desde a alta rotatividade de cuidadores e a preparação inadequada de mamadeiras até a insuficiência crônica de recursos financeiros e a falta de protocolos institucionais específicos.

Ficou claro que a alimentação nesse contexto não pode ser tratada como um evento meramente biológico. O ato de alimentar um bebê em acolhimento deve ser compreendido como uma prática de cuidado integral, onde a técnica precisa se aliar ao vínculo afetivo para promover uma reparação mínima da ruptura traumática vivenciada. A "mamadeira mecânica", oferecida sem a troca de olhares, o colo e a fala, representa uma segunda forma de negligência, agora institucionalizada.

Portanto, superar essas barreiras exige uma ação coordenada e sistêmica. É imperativo que o Poder Público, em suas esferas municipal, estadual e federal, reconheça a singularidade e a urgência dessa questão. Isso se traduz na necessidade de:

Criação e Implementação de Políticas Públicas Específicas: Estabelecimento de normativas e fluxos claros que garantam verba específica e regular para a aquisição de fórmulas infantis de qualidade e para o custeio da logística de acesso ao leite humano dos bancos de leite.

Fortalecimento da Intersetorialidade: É premente uma articulação efetiva entre as políticas de Assistência Social, Saúde e o Poder Judiciário, criando comitês intersetoriais para monitorar e qualificar o cuidado nutricional dos lactentes acolhidos.

Capacitação Permanente das Equipes: Implementação de programas de educação continuada para todos os cuidadores e gestores dos SAICAS, focados nas técnicas de preparo seguro de alimentos, nas normas de alimentação infantil e, crucialmente, na importância do vínculo afetivo durante os cuidados.

Fortalecimento da Rede de Apoio: Incentivo à formalização de parcerias sólidas entre SAICAS e a Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano, além da busca por apoio da sociedade civil organizada para suprir lacunas e fiscalizar a qualidade do serviço.

Por fim, este trabalho reafirma que garantir uma nutrição adequada para bebês de 0 a 6 meses em acolhimento institucional é um imperativo ético e legal. É uma das mais fundamentais formas de assegurar o direito à vida, à saúde e ao desenvolvimento pleno previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. A superação dessas barreiras não é uma mera adequação técnica, mas um passo essencial na construção de uma sociedade verdadeiramente comprometida com a proteção integral de suas crianças mais vulneráveis. O cuidado nutricional ofertado no acolhimento é, em última instância, a materialização do compromisso do Estado em reparar, na medida do possível, o direito a uma infância digna.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006. Regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e a de produtos de puericultura correlatos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 jan. 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Cadernos do Acolhimento: Subsídios para a Atuação no Sistema de Garantia de Direitos. Brasília: CNJ, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Manual de Orientação sobre a Alimentação de Lactentes em Acolhimento Institucional. Brasília: CNJ, 2018.

COSTA, E. O. et al. O direito à amamentação de crianças em acolhimento institucional: uma análise à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 135, p. 134-152, set. 2019.

COSTA, L. da S. Desafios na Garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária: uma análise dos serviços de acolhimento para crianças de 0 a 6 anos. 2019. 150 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018: Análise da Segurança Alimentar no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IPREDE, Instituto de Promoção da Nutrição e do Desenvolvimento Infantil. Acolhimento Institucional: cuidados na alimentação de crianças de 0 a 6 meses. Fortaleza, 2019. (Série de manuais técnicos).

LIMA, Mariana Parro. A criança em Saicas: a proteção e o cuidado de bebês em acolhimento institucional. Rio de Janeiro: CIESPI.

MOURA, S. L. de et al. Aleitamento materno em crianças institucionalizadas: desafios e possibilidades. Revista de Nutrição, Campinas, v. 30, n. 2, p. 249-258, mar./abr. 2017.

OPAS/OMS - Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde. Estratégia Global para a Alimentação de Lactentes e Crianças de Primeira Infância. 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Guideline: protecting, promoting and supporting breastfeeding in facilities providing maternity and newborn services. Geneva: World Health Organization, 2017.

SANTOS, E. K. A. dos; OLIVEIRA, M. I. C. de; CORDEIRO, S. M. Alimentação de lactentes em situação de acolhimento institucional: desafios e possibilidades. Revista de Nutrição, Campinas, v. 30, n. 4, p. 535-544, jul./ago. 2017.

VICTORA, C. G. et al. Maternal and child undernutrition: consequences for adult health and human capital. The Lancet, v. 371, n. 9609, p. 340-357, 2008.

VITOLO, M. R. Nutrição: da gestação ao envelhecimento. 5. ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2022.